



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 745 |
| Rubrica | |

“E D I T A L”

Pregão Eletrônico n.º 33/2025

P R E Â M B U L O

| | |
|-------------------------|---|
| Processo n.º | 8092/2025 |
| Fundamento Legal: | Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022 e 78/2025. |
| Objeto: | A contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para atender às demandas da Secretaria de Educação de Maricá. |
| Critério de Julgamento: | Menor Preço por Item |
| Execução: | Indireta |
| Modo de disputa | Aberto |
| Data: | 30/10/2025 |
| Horário: | 10H |
| Local de Realização: | www.comprasgovernamentais.gov.br |

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio da Secretaria de Educação, torna público que fará realizar licitação, autorizados através das Portarias SGLC nº 03/2025, 18/2025, 40/2025 e 65/2025, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento Menor Preço Por Item para contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para atender às demandas da Secretaria de Educação de Maricá, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 746 |
| Rubrica | |

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022 e 78/2025**, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema **COMPRAS.GOV**, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), mantido pelo Governo Federal, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – Desde que não interfiram na formulação das propostas, as retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, nos termos do artigo 71, inciso II e §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), através do Portal de Transparência do Município de Maricá <https://www.marica.rj.gov.br> ou pelo e-mail: maricacpl@gmail.com.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: maricacpl@gmail.com.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 747 |
| Rubrica | |

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: **maricacpl@gmail.com**.

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 748 |
| Rubrica | |

2.1 – Autorização da Secretaria de Educação, conforme art. 2º da Lei Complementar nº 398/2025 e art. 3º c/c art. 79 do Decreto Municipal nº 78/2025, constante do Processo Administrativo nº 8092/2025 de 08/04/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 30 de outubro de 2025, às 10h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – Nº 33/2025, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para atender às demandas da Secretaria de Educação de Maricá, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 17,01,12.122.0008,2.124

CÓDIGO DE DESPESA: 4.4.90.52,3.3.90.30

FONTE DE RECURSO: 1.573



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 749 |
| Rubrica | |

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo I, totalizando a importância de R\$ 43.633,26 (Quarenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por item**.

7. PRAZOS

7.1 – O Contrato vigorará a partir da assinatura até 12 (doze) meses.

7.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – A entrega do(s) bem(ns) que é(são) objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pelo setor competente do órgão.

7.4 – O prazo de garantia será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Para os materiais de consumo, caso se aplique, o prazo de garantia será de no mínimo **90 dias** a contar do recebimento definitivo dos mesmos. Para os bens permanentes, caso se aplique, o prazo de garantia será de no mínimo **12 meses** a contar do recebimento definitivo, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

7.5 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.6 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 750 |
| Rubrica | |

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 751 |
| Rubrica | |

proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 13.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a secretaria de educação, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 752 |
| Rubrica | |

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da secretaria de educação, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela secretaria de educação e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 753 |
| Rubrica | |

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – Todas as documentações solicitadas deverão ser apresentadas pelas licitantes com data anterior ou equivalente à data da realização do certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 754 |
| Rubrica | |

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRAS.GOV.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à secretaria de educação, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **Menor Preço Por Item** do objeto licitado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 755 |
| Rubrica | |

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após solicitação do anexo.

10.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado em formato digital, após a convocação do anexo pelo pregoeiro.

10.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

10.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização do procedimento da fase de lances.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 756 |
| Rubrica | |

10.3.1 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

10.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazer pelo Pregoeiro.

10.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria de Educação, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.8 – A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.8.1 – As licitantes que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração na forma do Anexo XII.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 757 |
| Rubrica | |

10.8.2 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte conduzirá ao seu afastamento da licitação.

10.8.3 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11. FORMULAÇÃO DE LANCES E ABERTURA DAS PROPOSTAS

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente via sistema COMPRAS.GOV.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.2 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.3– Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **Modo De Disputa Aberto**.

11.4 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.5 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 758 |
| Rubrica | |

11.5.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01 % (um centésimo por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.5.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.5.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.5.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

11.6 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

11.6.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.6.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.6.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 759 |
| Rubrica | |

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do Menor Preço Por Item, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para item na estimativa orçamentária (Anexo I).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (Anexo I).

12.2 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

12.3 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.4 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 760 |
| Rubrica | |

12.4.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

12.5 – As microempresas e empresas de pequeno porte terão o tratamento privilegiado previsto no art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em razão de os itens da contratação terem valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais),

12.6 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.5, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance.

12.6.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.6 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60, caput e § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 22 do decreto Municipal nº 922/2022.

12.6.1.1 – Permanecendo o empate, o sistema **COMPRAS.GOV** realizará o sorteio.

12.7 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.7.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.7.2 – Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.8 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 761 |
| Rubrica | |

caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.9 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.10 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensão de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
- c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 762 |
| Rubrica | |

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação após convocação do anexo pelo pregoeiro. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRAS.GOV, observado o item 12.7.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.11 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.11.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 13.2.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 763 |
| Rubrica | |

12.12 – Da sessão, o sistema gerará termo de julgamento em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.13 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, ao Pregoeiro, a documentação de habilitação que foi apresentada em cópia simples ou sem informações para comprovação de autenticidade, antes encaminhada por meio do Sistema Compras.gov, a via física original ou autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.13 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.
- (F) Declarações:

Anexo IV – Declaração de responsabilização Civil e administrativa

Anexo V - Declaração de Inexistência de nepotismo

Anexo VI - Declaração - art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII - Declaração ref. ao emprego de menor

Anexo VIII - Declaração para fins de habilitação - art. 63, inciso i e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo IX - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo X - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho

Anexo XI – Indicação da localização das Instalações

Anexo XII – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 764 |
| Rubrica | |

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 765 |
| Rubrica | |

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 766 |
| Rubrica | |

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.7.h) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e de que não se enquadra nas vedações do artigo 9º do Decreto Municipal nº 921/2022, na forma do Anexo VI.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Exigível a longo prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 767 |
| Rubrica | |

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10 % sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 768 |
| Rubrica | |

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo VIII do Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2025.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 769 |
| Rubrica | |

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Maricá, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Maricá, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 770 |
| Rubrica | |

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 771 |
| Rubrica | |

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo IX.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) - Comprovação da qualificação técnica por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado que comprove ter a licitante fornecido, no quantitativo mínimo de 30 % (trinta por cento) insumos com características, quantidades, qualidade e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, com clara menção de fornecimento bem-sucedido;

(E.2) - Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

(E.3) - Deverá ser observado que os atestados deverão ater-se ao fornecimento de bens com características similares aos requeridos neste Termo de Referência, devendo estar prevista a comercialização dos itens na atividade principal da empresa, devidamente especificada no contrato social vigente.

(E.4) - Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o sistema informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 772 |
| Rubrica | |

14.2 – A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 773 |
| Rubrica | |

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16. GARANTIA

16.1 – Não será exigida garantia de contrato.

17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 774 |
| Rubrica | |

17.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente do órgão adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo XIII, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria de Educação e a ADJUDICATÁRIA.

17.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela Secretaria de Educação, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela entidade licitante, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

17.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela entidade licitante.

17.3.2 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 775 |
| Rubrica | |

17.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos fiscais do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a Secretaria de Educação e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

17.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o órgão requisitante, compromete-se a:

a) atender às solicitações requeridas, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 776 |
| Rubrica | |

17.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria de Educação.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data de adimplemento da parcela correspondente, obedecido o disposto na legislação.

18.2 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

18.3 – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição.

18.4 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

18.5 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

19. REAJUSTE

19.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 777 |
| Rubrica | |

19.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do **IPCA**, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-I_0)/I_0]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

I₀ = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

19.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem 20.2, “d”;

20.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 778 |
| Rubrica | |

(d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

20.3.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

20.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

20.3.4 A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 20.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

| IMPACTO | Alto | 6 (4%) | 8 (8%) | 9 (10%) |
|---------------|-------|-------------|-----------|------------|
| | Médio | 3 (1,5%) | 5 (3%) | 7 (6%) |
| | Baixo | 1 (0,5%) | 2 (1%) | 4 (2%) |
| | | BAIXO | MÉDIO | ALTO |
| PROBABILIDADE | | | | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | NÍVEL | MIN. | MÁX. |
|------|-----------|-------|------|------|
|------|-----------|-------|------|------|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 779 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|---|---|-----|-----|
| 1 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação. | 9 | 10% | 20% |
| 2 | Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |
| 3 | Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |
| 4 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato. | 9 | 10% | 20% |
| 5 | Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes. | 8 | 8% | 20% |
| 6 | Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados. | 8 | 8% | 20% |
| 7 | Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização. | 8 | 8% | 20% |
| 8 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros. | 8 | 8% | 20% |
| 9 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 8 | 8% | 20% |
| 10 | Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 7 | 6% | 20% |
| 11 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato | 6 | 4% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 780 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|------|-----|
| | para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações. | | | |
| 12 | Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos. | 6 | 4% | 20% |
| 13 | Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 | 4% | 20% |
| 14 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE | 6 | 4% | 20% |
| 15 | Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 5 | 3% | 20% |
| 16 | Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta. | 4 | 2% | 20% |
| 17 | Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 3 | 1,5% | 20% |
| 18 | Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 3 | 1,5% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 781 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|------|-----|
| 19 | Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação | 3 | 1,5% | 20% |
|----|--|---|------|-----|

20.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.4. Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

20.4.1. Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;

20.4.2. Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;

20.4.3. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- Reincidência nas infrações;
- Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- Causando danos à propriedade alheia;
- Mediante fraude ou abuso de confiança;
- No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

20.5. A sanção prevista na alínea "d" do item 20.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 782 |
| Rubrica | |

20.6. A sanção prevista na alínea “e” do item 20.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.7. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

20.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 20.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

20.9. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 20.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

20.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

20.12. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 783 |
| Rubrica | |

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.14. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do item 20.2, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

21. FORO

21.1 – Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

22.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

22.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

22.4 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

22.6 – Este Edital contém 121 (cento e vinte e uma) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 784 |
| Rubrica | |

22.7 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Planilha de valores e quantitativos unitários;

Anexo II – Proposta - Detalhe;

Anexo III – Termo de Referência;

Anexo IV – Declaração de responsabilização Civil e administrativa

Anexo V - Declaração de Inexistência de nepotismo

Anexo VI - Declaração - art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII - Declaração ref. ao emprego de menor

Anexo VIII - Declaração para fins de habilitação - art. 63, inciso i e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo IX - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo X - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho

Anexo XI – Indicação da localização das Instalações

Anexo XII – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Anexo XIII – Minuta de Contrato;

Maricá, ____ de ____ de ____.

Rodrigo de Moura Santos

Secretário Municipal de Educação

Mat. 6364



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 785 |
| Rubrica | |

ANEXO I – PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Data do orçamento estimado: 15/07/2025

| ITEM | DESCRIÇÃO | CATMAT | QUANTIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|------------|-------------------|----------------|--------------|
| 1 | Câmera DSLR Intermediária (Sensor APSC) <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 626426 | 1 | UNIDADE | R\$ 7.812,53 | R\$ 7.812,53 |
| 2 | Lente Zoom Padrão 24– 105 mm para Sensores Full Frame e APSC <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 626351 | 1 | UNIDADE | R\$ 7.895,09 | R\$ 7.895,09 |
| 3 | Lente Zoom Ultra GrandeAngular para Câmeras com Sensor APS-C <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 613207 | 1 | UNIDADE | R\$ 7.523,50 | R\$ 7.523,50 |
| 4 | Luz LED – 1000 Lúmens, CRI 95+ <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 615964 | 3 | UNIDADE | R\$ 462,50 | R\$ 1.387,50 |
| 5 | Gimbal/Estabilizador <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 607430 | 2 | UNIDADE | R\$ 1.158,96 | R\$ 2.317,92 |
| 6 | Flash TTL <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | 621662 | 1 | UNIDADE | R\$ 1.508,00 | R\$ 1.508,00 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 786 |
| Rubrica | |

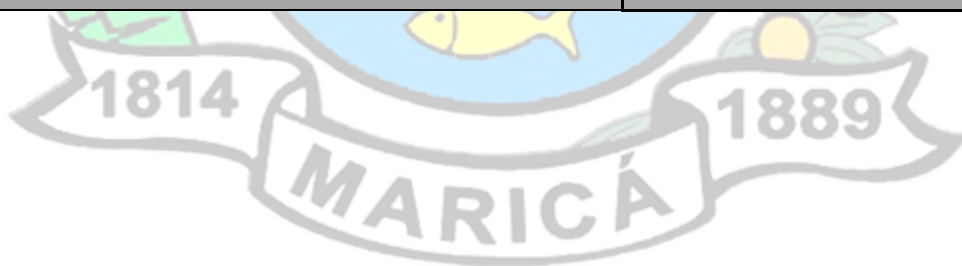
| | | | | | | |
|----|---|--------|----|---------|--------------|--------------|
| 7 | Cartão de Memória 128GB (Especificações de acordo com termo de referência). | 612004 | 2 | UNIDADE | R\$ 195,00 | R\$ 390,00 |
| 8 | Tripé 1,60m (Especificações de acordo com termo de referência). | 612825 | 1 | UNIDADE | R\$ 399,00 | R\$ 399,00 |
| 9 | Mochila para fotografia (Especificações de acordo com termo de referência). | 625983 | 1 | UNIDADE | R\$ 309,99 | R\$ 309,99 |
| 10 | Microfone Lapela Sem Fio (2 Transmissores + 3 Receptores) (Especificações de acordo com termo de referência). | 624664 | 2 | UNIDADE | R\$ 959,39 | R\$ 1.918,78 |
| 11 | Telefone Fixo IP (Especificações de acordo com termo de referência). | 453584 | 10 | UNIDADE | R\$ 300,00 | R\$ 3.000,00 |
| 12 | Caixas Ativas de Som 500W (com encaixe para pedestal) (Especificações de acordo com termo de referência). | 614047 | 2 | UNIDADE | R\$ 2.600,00 | R\$ 5.200,00 |
| 13 | Pedestais para Caixa de Som (Especificações de acordo com termo de referência). | 389514 | 2 | UNIDADE | R\$ 267,18 | R\$ 534,36 |
| 14 | Mesa de Som Bluetooth de 6 canais (Especificações de acordo com termo de referência). | 388576 | 1 | UNIDADE | R\$ 970,00 | R\$ 970,00 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 787 |
| Rubrica | |

| | | | | | | |
|-------|--|--------|---|---------|---------------|--------------|
| 15 | Microfones com fio (Especificações de acordo com termo de referência). | 626201 | 2 | UNIDADE | R\$ 180,00 | R\$ 360,00 |
| 16 | Microfones sem fio com multicanais (frequências UHF) (Especificações de acordo com termo de referência). | 624663 | 2 | UNIDADE | R\$ 564,99 | R\$ 1.129,98 |
| 17 | Pedestais para microfone (Especificações de acordo com termo de referência). | 604424 | 2 | UNIDADE | R\$ 200,00 | R\$ 400,00 |
| 18 | Cabos P10 (Especificações de acordo com termo de referência). | 428666 | 5 | UNIDADE | R\$ 68,57 | R\$ 342,85 |
| 19 | Cabos XLR macho e XLR fêmea (Especificações de acordo com termo de referência). | 366426 | 2 | UNIDADE | R\$ 116,88 | R\$ 233,76 |
| TOTAL | | | | | R\$ 43.633,26 | |





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| | |
|--------------------------------|------------|
| Prefeitura Municipal de Maricá | |
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 788 |
| Rubrica | |

ANEXO II - PROPOSTA – DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Comissão Permanente de Licitação

PROPOSTA DETALHE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2025

A Realizar-se em

Processo: 8092/2025

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 33/2025

CARIMBO DO CNPJ

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA/ MODELO | QUANTI DADE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|------------------|----------------|-------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | Câmera DSLR Intermediária (Sensor APSC) <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | | 1 | UNIDADE | | |
| 2 | Lente Zoom Padrão 24– 105 mm para Sensores Full Frame e APSC <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | | 1 | UNIDADE | | |
| 3 | Lente Zoom Ultra GrandeAngular para Câmeras com Sensor APS-C <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | | 1 | UNIDADE | | |
| 4 | Luz LED – 1000 Lúmens,CRI 95+ <i>(Especificações de acordo com termo de referência).</i> | | 3 | UNIDADE | | |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 789 |
| Rubrica | |

| | | | | | | |
|----|---|--|----|---------|--|--|
| 5 | Gimbal/Estabilizador (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 6 | Flash TTL (Especificações de acordo com termo de referência). | | 1 | UNIDADE | | |
| 7 | Cartão de Memória 128GB (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 8 | Tripé 1,60m (Especificações de acordo com termo de referência). | | 1 | UNIDADE | | |
| 9 | Mochila para fotografia (Especificações de acordo com termo de referência). | | 1 | UNIDADE | | |
| 10 | Microfone Lapela Sem Fio (2 Transmissores + 3 Receptores) (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 11 | Telefone Fixo IP (Especificações de acordo com termo de referência). | | 10 | UNIDADE | | |
| 12 | Caixas Ativas de Som 500W (com encaixe para pedestal) (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 13 | Pedestais para Caixa de Som (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 790 |
| Rubrica | |

| | | | | | | |
|-------|--|--|---|---------|--|--|
| 14 | Mesa de Som Bluetooth de 6 canais (Especificações de acordo com termo de referência). | | 1 | UNIDADE | | |
| 15 | Microfones com fio (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 16 | Microfones sem fio com multicanais (frequências UHF) (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 17 | Pedestais para microfone (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| 18 | Cabos P10 (Especificações de acordo com termo de referência). | | 5 | UNIDADE | | |
| 19 | Cabos XLR macho e XLR fêmea (Especificações de acordo com termo de referência). | | 2 | UNIDADE | | |
| TOTAL | | | | | | |

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.

OBS: Havendo divergência entre as descrições e as marcas exemplificativas deverão prevalecer às descrições dos objetos.

Em, ____ de _____ de 2025

Nº de Inscrição Municipal ou

Estadual

Firma Proponente (Assinatura)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 791 |
| Rubrica | |

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO PARA ATENDER
ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



MARICÁ
2025



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 792 |
| Rubrica | |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Definição do Objeto:

A contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para atender às demandas da Secretaria de Educação de Maricá, tem a finalidade de apoiar as atividades de comunicação, produção de conteúdo, transmissão de eventos e outras atividades relacionadas à promoção das ações da Secretaria, de acordo com as necessidades específicas de comunicação interna e externa.

Considerando que são ferramentas estratégicas para o fortalecimento da gestão educacional, da comunicação institucional e do suporte às atividades pedagógicas.

Esses são indispensáveis para o cotidiano e para o pleno desenvolvimento da política municipal de educação, contribuindo significativamente para a formação integral dos estudantes e para a qualidade da educação no município, com base no disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 e nos Decretos Municipais nº. 922/22 e 078/25.

1.2 Natureza da Contratação

Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens de natureza comum, conforme definição usual no mercado, de acordo com o art. 6º, XIII, da Lei nº. 14.133/2021.

A natureza comum desse objeto está alinhada com o que estabelece a legislação, permitindo a contratação por meio de processos simplificados e procedimentos regulatórios aplicáveis a aquisições comuns, assegurando eficiência e conformidade com as exigências legais.

Ademais, os equipamentos e materiais de comunicação adquiridos pelo Município devem atender aos padrões de qualidade comum, conforme o Art. 2º, caput, do Decreto nº 881/2022. Entende-se como qualidade comum aquele bem cujas características e qualidades são suficientes e necessárias para atender ao interesse público, conforme previsto no §2º do referido artigo. Dessa forma, os equipamentos e materiais não devem ser considerados bens de luxo, mas sim adequados às finalidades previstas no projeto, com foco na durabilidade, no desempenho adequado e no respeito às normas ambientais e de sustentabilidade.

1.3 Ciclo de vida do objeto

O ciclo de vida dos equipamentos e materiais de comunicação compreende as seguintes etapas: aquisição, utilização e descarte ou reaproveitamento. Após a aquisição, os itens serão destinados ao atendimento das demandas da comunidade escolar, com aplicação em atividades como produção de conteúdos institucionais, gestão de redes sociais, cobertura de eventos educacionais, realização de reuniões e demais ações pedagógicas e administrativas essenciais ao funcionamento da Secretaria de Educação.

Durante a fase de uso, os equipamentos permanecerão cobertos pela garantia do fabricante, sendo que eventuais defeitos ou falhas serão tratados conforme os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 793 |
| Rubrica | |

prazos e condições previstos pelo fornecedor. Ao final de sua vida útil, os itens considerados inservíveis, obsoletos ou irrecuperáveis serão devidamente destinados ao descarte ambientalmente adequado, preferencialmente por meio de logística reversa, ou outras formas previstas na legislação ambiental vigente, observando os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

1.4. Da vigência e da possibilidade de prorrogação

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável pelo mesmo período, na forma do Artigo 111 da Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para a Secretaria Municipal de Educação de Maricá será regida pelas seguintes normas legais e regulamentares:

Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos): A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Essa lei será aplicada para regulamentar o processo licitatório, definindo as modalidades de licitação, critérios de julgamento, procedimentos e a execução dos contratos administrativos. A Lei nº 14.133/2021 garantirá a transparência, a eficiência e a legalidade em todas as etapas do processo de contratação, desde a elaboração do edital até a execução do contrato.

Decreto Municipal nº 078/2025: Este decreto estabelece a operacionalização dos procedimentos para a realização de contratações no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Maricá, incluindo os processos de pagamento. Será utilizado como norma complementar à Lei nº 14.133/2021, detalhando os procedimentos internos do Município, a atuação dos órgãos responsáveis e as etapas do processo licitatório, além de regulamentar os procedimentos financeiros e administrativos necessários à efetiva execução do contrato.

Decreto Municipal nº 922/2022: O Decreto nº 922/2022 dispõe sobre as licitações realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, além de estabelecer diretrizes para os critérios de julgamento e ações de equidade, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021. Este decreto será aplicado para garantir que o processo licitatório seja conduzido de forma eficiente, utilizando as plataformas eletrônicas para aumentar a transparência e a competitividade das propostas, conforme as diretrizes da legislação federal.

Lei Complementar nº 398, de 12 de dezembro de 2024: A Lei Complementar nº 398/2024 dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Maricá, definindo as competências dos diversos órgãos municipais, incluindo a Secretaria Municipal de Educação. Em seu inciso XIII, a referida lei atribui à Secretaria de Educação a competência para “desenvolver outras atividades inerentes à sua competência legal e finalidade ou que lhe forem atribuídas”. Este dispositivo embasa a ação da Secretaria de Educação de Maricá na aquisição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 794 |
| Rubrica | |

dos equipamentos e materiais, uma vez que essa atividade está dentro da sua competência e finalidade, visando o fortalecimento da gestão institucional e do suporte às atividades pedagógicas.

Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais sobre o tratamento diferenciado e favorecido para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterando dispositivos de outras leis e revogando leis anteriores. Em resumo, a lei visa simplificar a carga tributária e incentivar o crescimento e a formalização de micro e pequenas empresas no Brasil.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Dado o estudo realizado anteriormente, no Levantamento de Mercado do ETP, conclui-se que a solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação para atender às demandas da Secretaria de Educação, por meio de Pregão Eletrônico, conforme requisitos e especificações estabelecidos em estudo e posteriormente neste Termo de Referência a fim de atender à Administração Pública Municipal de Maricá.

A proposta visa atender à demanda apresentada, considerando a importância dos equipamentos e materiais para o aprimoramento da produção audiovisual, cobertura de eventos e transmissões ao vivo, permitindo que a equipe de comunicação desempenhe suas funções de qualidade, eficiência e eficácia.

Com a implementação desta solução, a Secretaria estará preparada para melhorar a interação com o público, fortalecer a sua presença nas plataformas digitais e ampliar o impacto das suas ações de comunicação, contribuindo para a melhoria da educação na comunidade atendida.

A solução escolhida está fundamentada nas previsões legais do Decreto Municipal 078/2025, que regula as contratações de serviços e fornecimentos na administração pública do município de Maricá.

Os equipamentos e materiais de comunicação objeto dessa aquisição são caracterizados como bens comuns, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021, já que seus padrões de qualidade e desempenho são definidos de maneira objetiva neste instrumento.

Todos os procedimentos deverão observar as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência, bem como os normativos federais e municipais aplicáveis, além das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) relacionadas ao objeto em questão.

Após a definição de preços de referência, a contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, garantindo ampla concorrência e possibilitando que os preços contratados se aproximem dos valores de mercado. Dessa forma, assegura-se que a aquisição será feita a preços justos e compatíveis com os praticados na área.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 795 |
| Rubrica | |

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A necessidade da contratação deverá evidenciar o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

4.1. Problema a ser resolvido

O presente estudo tem como objetivo elucidar os problemas relacionados à análise da demanda específica para a aquisição de equipamentos e materiais de comunicação, visando atender à necessidade de contratação de empresa para essa finalidade.

A necessidade de aquisição se torna permanente, especialmente no contexto que a equipe de comunicação da Secretaria de Educação está em constante atividades operacionais, educacionais e de divulgação. A comunicação institucional, a cobertura de eventos e a criação de conteúdo audiovisual exigem a manutenção e o fornecimento contínuo de materiais atualizados.

A falta de equipamentos de qualidade não só inviabiliza a confiabilidade para a realização de gravações e atividade de comunicação que atendam tanto às demandas internas quanto externas da Secretaria. O campo da tecnologia de comunicação está em constante evolução. Equipamentos como câmeras, microfones, sistemas de som e iluminação frequentemente necessitam de atualização, manutenção ou substituição para que permaneçam compatíveis com as novas tecnologias e atendam aos padrões de qualidade exigidos.

Portanto, a aquisição dos equipamentos de qualidade não é apenas uma questão logística, mas uma ação fundamental para a promoção da cultura, inclusão social e contribuindo efetivamente para a transparência junto à população.

4.2. Interesse Público

A instauração do processo licitatório para a aquisição de equipamentos e materiais de comunicação para a Secretaria de Educação de Maricá é um exemplo de como as licitações públicas são importantes para garantir o interesse público. Essa medida tem como objetivo assegurar a contratação do melhor produto pelo preço mais justo, garantindo o uso correto dos recursos públicos e a eficiência da gestão.

O processo licitatório estimula a concorrência no mercado, uma vez que os fornecedores precisam apresentar suas melhores ofertas e condições para vencer a licitação. Isso pode resultar em economias significativas para a administração pública, permitindo negociar melhores termos com os fornecedores que participam da concorrência.

Isso é especialmente relevante em instituições públicas, onde é fundamental garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada e que a qualidade dos produtos oferecidos seja sempre a melhor possível. Além disso, o interesse público é assegurado por meio da eficiência na gestão dos recursos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 796 |
| Rubrica | |

Com a realização da licitação pública, é possível garantir que os recursos serão utilizados da melhor forma, sem desperdícios ou uso inadequado. Dessa maneira, asseguramos que o investimento público em educação musical seja feito de forma eficiente, beneficiando a sociedade como um todo e promovendo o acesso à cultura e ao desenvolvimento integral dos alunos.

5. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação de equipamentos e materiais de comunicação visa atender à crescente demanda da Secretaria de Educação no que se refere à modernização e ampliação dos canais de comunicação interna e externa, bem como ao suporte das atividades pedagógicas, administrativas e institucionais. A aquisição de equipamentos e materiais de comunicação é essencial para garantir a eficácia dos processos educacionais, o fortalecimento da gestão escolar e a melhoria da interlocução com a comunidade.

É importante ressaltar a necessidade de dinamizar a divulgação de informações, realizar transmissões ao vivo de eventos, reuniões, formações pedagógicas e promover ações de comunicação institucional com qualidade técnica e acessibilidade. Para isso, faz-se necessário contar com equipamentos atualizados, como microfones, câmeras, gravadores, caixas de som, sistemas de sonorização, entre outros materiais compatíveis com as tecnologias utilizadas no ambiente educacional.

A publicidade e a transparência nas ações públicas são princípios fundamentais para o bom funcionamento da democracia e o fortalecimento da confiança da população nas instituições governamentais. A transparência permite que a população acompanhe como os recursos públicos estão sendo utilizados, o que facilita o controle social. Os cidadãos podem fiscalizar as ações do governo e, quando necessário, cobrar melhorias ou correções.

A divulgação clara e detalhada das atividades públicas torna mais difícil a ocorrência de atos ilícitos, como corrupção ou malversação de recursos públicos, pois há monitoramento constante e uma maior vigilância da sociedade. Quando as ações do governo são publicamente acessíveis, as pessoas podem se envolver mais ativamente no processo político. Elas têm acesso a informações que permitem uma maior compreensão dos temas públicos, podendo, assim, influenciar decisões e participar de forma mais efetiva.

6. DO QUANTITATIVO DOS ITENS

6.1. Da estimativa de quantidades

As quantidades a serem adquiridas foram definidas pela equipe do Núcleo de Planejamento de Rede e Tecnologia da Secretaria de Educação, que leva em consideração a quantidade necessária em vários setores e áreas de atuação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 797 |
| Rubrica | |

Além disso, a estimativa de quantidade de equipamentos e materiais de comunicação, são embasadas na memória de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, os quais poderão ser verificados nas Pesquisas de Preço presentes no processo administrativo.

O **Termo de Referência** contém as especificações dos itens a serem adquiridos e a **Memória de Cálculo** fornece detalhes adicionais sobre as quantidades estimadas, oferecendo uma base sólida para a tomada de decisões.

| Nº | CATMAT | ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. |
|----|--------|---|--|--------|
| 01 | 626426 | Câmera DSLR Intermediária (Sensor APS-C) | Sensor Tipo: CMOS APS-C (22,3 mm x 14,9 mm) Resolução efetiva: 24,2 megapixels Processador de imagem dedicado de alto desempenho Sistema de Foco (AF) Tipo: Detecção de fase TTL Pontos de foco: 45 pontos tipo cruzado Autofoco com tecnologia de detecção por fase no sensor para vídeo e Live View Vídeo Resolução máxima: Full HD 1080p (1920 x 1080) Taxas de quadros: 60p / 30p / 24p Formatos de gravação: MP4, MOV (compressão H.264) Entrada para microfone externo (3,5 mm) Saída de fone de ouvido para monitoramento Obturador Velocidade: 1/8000s a 30s (eletrônico e mecânico) Sincronismo com flash: 1/250s ISO Faixa nativa: ISO 100 - 16000 Expansível até ISO 25600 Conectividade Wi-Fi integrado NFC Controle remoto por aplicativo móvel Tela LCD Tipo: Touchscreen articulável de 3,0" Resolução: 1.040.000 pontos | 01 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 798 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>Visor óptico Tipo: Pentaprisma Cobertura: Aproximadamente 100% Ampliação: 0,95x</p> <p>Armazenamento Tipo de cartão: SD, SDHC, SDXC (compatível com UHS-I). Bateria padrão recarregável de íons de lítio Autonomia: Até 960 fotos com visor óptico</p> <p>Dimensões e Peso Dimensões: 139 x 105,2 x 78,5 mm Peso: Aproximadamente 730 g (com bateria e cartão)</p> <p>Materiais de Construção (Modelo Intermediário) Corpo da câmera Estrutura interna: Liga de alumínio e aço inoxidável Revestimento externo: Policarbonato com fibra de vidro Acabamento emborrachado em áreas de pegada</p> <p>Montagem da lente Material: Aço inoxidável Compatível com lentes para sensores APS-C e full frame</p> <p>Tela LCD Painel: Vidro com estrutura plástica reforçada Articulação: Componentes de plástico e metal</p> <ul style="list-style-type: none">• Compartimento de bateria e cartões Fabricado com plástico de alta resistência Portas vedadas contra poeira• Resistência a intempéries Vedação contra poeira e umidade (uso moderado, não submersível) <p>Ou</p> <p>Sensor de Formato Total (Full Frame)</p> | |
|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 799 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>Tipo: Sensor de imagem CMOS, formato 36 x 24 mm</p> <p>Resolução efetiva: 30,4 megapixels</p> <p>Processadores de imagem independentes para captura e medição de exposição</p> <p>Filtro de passagem baixa incluído</p> <p>Sem filtro óptico de suavização de contornos</p> <p>Sistema de Foco (AF)</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Detecção de fase com 61 pontos (41 tipo cruzado)• Capacidade de foco em baixa luz (-3 EV; até -4 EV em visualização ao vivo com tecnologia de foco avançado)• Foco contínuo durante gravação de vídeo e uso em tempo real <p>Vídeo</p> <ul style="list-style-type: none">• Resoluções: 4096 x 2160 até 30 fps (com recorte) 1920 x 1080 até 60 fps 1280 x 720 até 120 fps (modo câmera lenta)• Compressão: Alta taxa de compressão e codecs modernos• Formatos: Arquivos amplamente compatíveis com software de edição• Entrada para microfone (3,5 mm)• Saída para fones de ouvido• Suporte à gravação simultânea e saída limpa via HDMI (em Full HD) <p>Obturador</p> <p>Tipo: Mecânico com plano focal</p> <p>Velocidade: 1/8000s a 30s (modo bulb disponível)</p> <p>Sincronismo com flash: até 1/200s</p> <p>Durabilidade estimada: 150.000 ciclos</p> <p>ISO</p> <p>Faixa padrão: 100 – 32000</p> <p>Expansível: 50 – 102400</p> <p>Conectividade</p> | |
|--|--|--|--|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 800 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Rede sem fio com comunicação por aproximação• Receptor de localização integrado com ajuste automático de horário• Interface USB de alta velocidade• Saída digital de vídeo em mini conector <p>Tela</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Tela fixa sensível ao toque de 3,2"• Resolução: 1,62 milhão de pontos• Revestimento antirreflexo• Controle por toque para seleção de ponto de foco e navegação <p>Visor</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Visor óptico com prisma• Cobertura: 100%• Ampliação: 0,71x• Tela de foco com sobreposição de informações personalizáveis <p>Armazenamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Dois slots de cartão:<ul style="list-style-type: none">• 1x compatível com padrão de alta velocidade (UDMA)• 1x compatível com cartões de memória SD de alta performance <p>Bateria</p> <ul style="list-style-type: none">• Modelo padrão de longa duração• Autonomia estimada: 900 a 1000 fotos (com visor)• Compatível com suporte adicional para baterias extras <p>Construção e Durabilidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Corpo em liga metálica de alta resistência• Vedação aprimorada contra poeira e umidade• Revestimento com textura antiderrapante• Design robusto para uso prolongado em campo | |
|--|--|--|---|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 801 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|---|--|----|
| | | | Dimensões e Peso <ul style="list-style-type: none">Medidas: 150,7 x 116,4 x 75,9 mmPeso: aproximadamente 890 g (com bateria e cartão) | |
| 02 | 626351 | Lente Zoom Padrão 24–105 mm para Sensores Full Frame e APS-C | Tipo: Lente zoom padrão Montagem: Compatível com câmeras de sensor Full Frame e APS-C com suporte para lentes intercambiáveis Linha: Construção óptica avançada (uso profissional) Distância Focal: 24 – 105 mm Abertura Máxima Constante: f/4 Abertura Mínima: f/22 Ângulo de Visão: Diagonal: 84° a 23°20' Horizontal: 74° a 19°20' Vertical: 53° a 13° Construção Óptica 18 elementos em 13 grupos Inclui: <ul style="list-style-type: none">Elementos de dispersão extra baixa para reduzir aberrações cromáticasRevestimento multicamadas para controle de reflexos e fantasmas (ghosting) Sistema de Foco <ul style="list-style-type: none">Motor de foco ultrassônico de alta velocidade e baixo ruídoFoco manual contínuo (full-time manual)Distância mínima de foco: 45 cmAmpliação máxima: 0,23x Estabilização de Imagem <ul style="list-style-type: none">Estabilizador óptico com compensação de até 3 pontos de exposiçãoPermite fotografar em velocidades menores sem tremores perceptíveis Materiais e Construção <ul style="list-style-type: none">Corpo em liga metálica e policarbonato reforçado | 01 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 802 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|---|--|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Revestimento emborrachado nos anéis de foco e zoom• Montagem traseira totalmente em metal para maior durabilidade• Vedação contra poeira e umidade para uso profissional <p>Dimensões e Peso</p> <ul style="list-style-type: none">• Diâmetro máximo: 83,5 mm• Comprimento: 107 mm• Peso: 670 g• Diâmetro do filtro frontal: 77 mm <p>Acessórios Comuns</p> <ul style="list-style-type: none">• Parasol tipo pétala• Tampas frontal e traseira• Estojo de transporte acolchoado | |
| 03 | 613207 | Lente Zoom Ultra Grande-Angular para Câmeras com Sensor APS-C | <p>Tipo: Lente zoom ultra grande-angular</p> <p>Montagem: Compatível com câmeras com sensor APS-C e suporte a lentes intercambiáveis</p> <p>Distância focal equivalente: Aproximadamente 16–29 mm (em sensor APS-C)</p> <ul style="list-style-type: none">• Distância focal real: 10–18 mm• Abertura máxima:<ul style="list-style-type: none">○ f/4.5 em 10 mm○ f/5.6 em 18 mm• Abertura mínima: f/22 a f/29 <p>Construção Óptica</p> <ul style="list-style-type: none">• 14 elementos em 11 grupos <p>Inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um elemento de dispersão extra baixa para correção de aberração cromática• Um elemento asférico para controle de distorções• Revestimento multicamadas para redução de reflexos e imagens fantasmas (ghosting) <p>Sistema de Foco</p> <ul style="list-style-type: none">• Motor de foco com acionamento suave e silencioso (ideal para vídeo)• Foco manual eletrônico com override contínuo | 01 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 803 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|---------------------------------------|---|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Distância mínima de foco: 22 cm• Ampliação máxima: 0,15x Estabilização de Imagem <ul style="list-style-type: none">• Sistema óptico de estabilização com compensação de até 4 pontos de exposição• Permite uso em baixa luz e gravações sem tripé com maior estabilidade Materiais e Construção <ul style="list-style-type: none">• Corpo em plástico de alta qualidade com acabamento refinado• Montagem da lente em material plástico durável• Anéis de foco e zoom com revestimento emborrachado• Sem vedação contra poeira e umidade Dimensões e Peso <ul style="list-style-type: none">• Diâmetro máximo: 74,6 mm• Comprimento: 72 mm• Peso: 240 g• Diâmetro do filtro frontal: 67 mm Acessórios Comuns <ul style="list-style-type: none">• Tampa frontal e traseira | |
| 04 | 615964 | Luz LED – 1000 Lúmens, CRI 95+ | <p>Modelo comum: P120 ou variantes semelhantes (linha portátil)</p> <p>Tipo: Luz de LED contínua portátil</p> <p>Formato: Bastão (tipo light stick) ou painel fino</p> <p>Uso: Fotografia, vídeo, vlogging, iluminação de produtos e ambientes.</p> <p>Especificações de iluminação Brilho máximo: 1000 lúmens Índice de Reprodução de cor (CRI): $\geq 95+$ Garante cores mais fiéis e naturais (excelente para vídeo e foto) Temperatura de cor: 2700K a 6500K (ajustável) – luz quente a fria Ângulo de feixe: cerca de 120°</p> <p>Bateria e Iluminação Bateria interna recarregável de íon de lítio Capacidade: varia por modelo (ex. 7.4V 2600mAh ou mais) Tempo de uso: de 1,5 a 3 horas (dependendo da intensidade) Recarga via: Porta USB -C ou Micro USB Tempo de carga: cerca de 2 a 3 horas</p> | 03 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 804 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|---------------------------------|---|----|
| | | | <p>Controles Ajuste de intensidade: Controle de brilho dimável (0-100%) Ajuste de cor (CCT): Controle gradual da temperatura de cor Botões físicos ou painel touch (dependendo do modelo) Alguns modelos têm modo RGB ou efeitos especiais (como flashes, velas, etc)</p> <p>Construção e Design Alumínio + ABS resistente Compacto e leve Montagem: Rosca ¼ padrão para tripés, gimbals, rigs Alguns modelos têm ímãs integrados para fixação em superfícies metálicas</p> <p>Dimensões e Peso (varia conforme o modelo específico) Comprimento: 25-30 cm Peso: cerca de 200-300 g</p> <p>Acessórios inclusos (geralmente) Cabo de carregamento (USB-C ou Micro -USB) Alça de pulso ou clip Bolsa de transporte (em kits) Manual</p> | |
| 05 | 607430 | <u>Gimbal/</u> Estabilizador | <p>Alcance de Movimentos</p> <ul style="list-style-type: none">• Panorâmico: 161° a 171,9°• Inclinação (Tilt): 106,5° a 235,5°• Giro lateral (Roll): 136,7° a 198°• Velocidade máxima de resposta: 120° por segundo <p>Bateria</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Íon de lítio modelo 18650• Capacidade: 2.600 mAh (9,36 Wh)• Autonomia estimada: até 8 horas (com balanceamento adequado)• Recarga: cerca de 2h12 com carregador USB-C de 10 W• Entrada de carregamento: USB-C <p>Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none">• Bluetooth 5.1 | 02 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 805 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|-----------|--|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Compatível com aplicativo de controle via smartphone (varia conforme o modelo) <p>Dimensões e Peso</p> <ul style="list-style-type: none">• Dobrado: 167 × 108,5 × 46,5 mm• Desdobrado: 262,5 × 119,5 × 104 mm• Peso do estabilizador: aproximadamente 352 g• Peso do suporte magnético: cerca de 31 g <p>Compatibilidade com Smartphones</p> <ul style="list-style-type: none">• Peso suportado: 170 a 290 g• Largura: 67 a 84 mm• Espessura: 6,9 a 10 mm <p>Materiais e Construção</p> <ul style="list-style-type: none">• Corpo em plástico ABS resistente com acabamento fosco• Suporte magnético de liberação rápida com força de fixação de 47,5 N• Rosca padrão ¼"-20, compatível com tripés e suportes diversos <p>Recursos e Modos Inteligentes</p> <ul style="list-style-type: none">• Rastreamento automático de objetos e rostos• Rotação criativa para vídeos com efeitos de giro• Modos de time-lapse com movimento: aceleração de vídeo com trajetória programada• Modo panorâmico para captura de imagens amplas• Controle por gestos: inicia/paralisa gravações automaticamente com movimentos simples• Alternância rápida entre modo retrato e paisagem com botão dedicado <p>Conteúdo da Embalagem</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabilizador de 3 eixos• Suporte magnético para smartphone• Cabo de carregamento USB-C• Tripé de apoio (em alguns kits)• Bolsa de transporte (em alguns kits) | |
| 06 | 621662 | Flash TTL | <p>Bateria</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Íon de lítio recarregável• Capacidade: 7,2 V / 2600 mAh | 01 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 806 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Autonomia: até 480 disparos em potência máxima por carga• Tempo de reciclagem: cerca de 1,5 segundos em potência total <p>Iluminação</p> <ul style="list-style-type: none">• Número guia (GN): 60 (em ISO 100, a 200 mm)• Cobertura de zoom do flash: 20 – 200 mm (ajuste automático ou manual)• Luz de modelagem: LED de 2 W com temperatura de cor de 5300K e 10 níveis de intensidade <p>Conectividade e Controle</p> <ul style="list-style-type: none">• Sistema de rádio embutido (compatível com sistemas sem fio de 2.4 GHz)• Modos de operação: TTL, Manual, Multi (estroboscópico)• Sincronismo: Alta velocidade (HSS) até 1/8000s, 1ª e 2ª cortina• Canais: 32 disponíveis para emparelhamento e controle remoto <p>Movimentação da Cabeça</p> <ul style="list-style-type: none">• Inclinação vertical: de -7° a 120°• Rotação horizontal: até 330°• Zoom do flash: 20 – 200 mm (automático ou manual) <p>Materiais e Construção</p> <ul style="list-style-type: none">• Corpo: Plástico ABS de alta resistência• Montagem: Sapata metálica com trava rápida• Peso: Aproximadamente 530 g (com bateria)• Dimensões: 19,5 × 7,5 × 5,9 cm <p>Conteúdo da Embalagem</p> <ul style="list-style-type: none">• 1x Flash TTL com bateria• 1x Bateria de íon de lítio recarregável• 1x Carregador de bateria• 1x Cabo USB para recarga• 1x Suporte/base para superfícies planas• 1x Capa protetora para transporte | |
|--|--|--|---|--|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 807 |
| Rubrica | |

| 07 | 612004 | <div>Cartão de Memória 128GB</div> | <div><div>Tipo e Capacidade</div><ul style="list-style-type: none">Tipo: SDXC (Secure Digital eXtended Capacity)Capacidade: 128 GBFormato físico: Cartão SD padrão (não micro)<div>Velocidade</div><div>(Pode variar conforme o modelo específico – abaixo os tipos mais comuns)</div><table><thead><tr><th>Tipo</th><th>Velocidade de Leitura</th><th>Velocidade de Escrita</th></tr></thead><tbody><tr><td>Classe 10, U1</td><td>até 100 MB/s</td><td>~10–30 MB/s</td></tr><tr><td>Classe 10, U3, V30 (I)</td><td>até 150 MB/s</td><td>até 70 MB/s</td></tr><tr><td>Classe 10, U3, V30 (II)</td><td>até 170 MB/s</td><td>até 90 MB/s</td></tr></tbody></table><div>Compatibilidade e Uso Recomendado</div><ul style="list-style-type: none">Compatível com câmeras DSLR, mirrorless, filmadoras 4K, gravadores de áudio e luzes LED com entrada SD, leitores padrão SDFormato padrão: exFAT (compatível com arquivos grandes)Ideal para:<ul style="list-style-type: none">Fotos em alta resoluçãoGravação de vídeos em Full HD e 4K UHDCaptura contínua em modo burst<div>Construção e Resistência</div><ul style="list-style-type: none">Material: Plástico rígido com circuito encapsuladoResistência (em versões avançadas):<ul style="list-style-type: none">À prova d'águaÀ prova de choqueResistente a raios-XResistente a temperaturas entre –25 °C e 85 °CÀ prova de vibração e quedas leves<div>Dimensões e Peso</div></div> | Tipo | Velocidade de Leitura | Velocidade de Escrita | Classe 10, U1 | até 100 MB/s | ~10–30 MB/s | Classe 10, U3, V30 (I) | até 150 MB/s | até 70 MB/s | Classe 10, U3, V30 (II) | até 170 MB/s | até 90 MB/s | 02 |
|-------------------------|-----------------------|------------------------------------|--|------|-----------------------|-----------------------|---------------|--------------|-------------|------------------------|--------------|-------------|-------------------------|--------------|-------------|----|
| Tipo | Velocidade de Leitura | Velocidade de Escrita | | | | | | | | | | | | | | |
| Classe 10, U1 | até 100 MB/s | ~10–30 MB/s | | | | | | | | | | | | | | |
| Classe 10, U3, V30 (I) | até 150 MB/s | até 70 MB/s | | | | | | | | | | | | | | |
| Classe 10, U3, V30 (II) | até 170 MB/s | até 90 MB/s | | | | | | | | | | | | | | |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 808 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|--------------------------------|--|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">Tamanho: 32 × 24 × 2,1 mm (formato SD padrão)Peso: aproximadamente 2 g Recursos Adicionais <ul style="list-style-type: none">Chave física de proteção contra gravação (deslizável na lateral)Número de série para identificação e possível recuperação via software compatível (licença de software separada) | |
| 08 | 612825 | Tripé 1,60m | Dimensões Altura máxima: 1,60 metros Altura mínima: Aproximadamente 45 cm (altura mais baixa para ângulos baixos) Comprimento dobrado: Cerca de 45 cm (fácil para transporte e armazenamento) Peso Aproximadamente 1,2 kg (leve para portabilidade) Materiais Material: Liga de alumínio anodizado (leve e resistente) Acabamento: Superfície fosca com proteção anti-corrosão Pés: Borracha antiderrapante para melhor estabilidade em diversas superfícies Características e Funcionalidades Número de seções das pernas: 4 Sistema de travamento: Alavancas rápidas (quick release) para ajuste fácil e rápido da altura Cabeça: o Pode vir com cabeça esférica (bola) ou pan-tilt (verifique o modelo específico) Compatível com a maioria das câmeras DSLR, mirrorless, smartphones (com suporte extra) e câmeras de vídeo leves Capacidade de carga: Aproximadamente 8 kg Rosca padrão: 1/4"-20 (compatível com quase todos os equipamentos fotográficos) | 01 |
| 09 | 625983 | Mochila para fotografia | Mochila vintage de grande capacidade para câmera livre com compartimento para laptop de 15,6 polegadas para mulheres e homens, à prova d'água, mochila para câmera, SLR e tripé ao ar | 01 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 809 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|--|---|----|
| 10 | 624664 | Microfone Lapela Sem Fio (2 Transmissores + 3 Receptores) | <p>Características Gerais Tipo: Sistema de microfone sem fio portátil com lapela (microfone de lapela incluído) Configuração: os 2 transmissores (TX) com microfones embutidos e entrada para microfone externo (lapela) os 3 receptores (RX) para conexão simultânea a até três dispositivos Uso: Ideal para entrevistas, vídeos, vlogs, transmissões ao vivo, apresentações e gravações externas</p> <p>Tecnologia e Frequência Faixa de frequência: 2.4 GHz digital (sem interferência em áreas urbanas) Modulação: Tecnologia digital avançada para sinal estável Alcance: Até 200 metros em linha de visão (open field) Em ambientes fechados, pode variar conforme obstáculos Conexão: Entrada de áudio 3,5 mm TRS para receptores o Compatível com câmeras, smartphones, gravadores, computadores e sistemas de áudio profissionais</p> <p>Bateria e Autonomia Tipo de bateria: Bateria interna recarregável de polímero de lítio Duração: Aproximadamente 8 horas por carga (em uso contínuo) Tempo de recarga: Cerca de 1,5 a 2 horas Indicadores: LEDs para status de bateria e conexão</p> <p>Qualidade de Áudio Resposta de frequência: 20 Hz – 20 kHz (ampla resposta para voz clara e natural) SNR (Relação sinal-ruído): ≥ 80 dB (alta qualidade, baixo ruído) Modo de operação: o Transmissão digital com baixa latência (< 20 ms) Microfone: o Microfone embutido em cada transmissor o Entrada para microfone externo lavalier (lapela)</p> <p>Conectividade e Recursos</p> | 02 |
|----|--------|--|---|----|



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 810 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|------------------|---|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Modo multi-receptor: Permite conectar até 3 receptores ao mesmo tempo a partir dos 2 transmissores (exemplo: para múltiplas câmeras ou dispositivos)• Emparelhamento automático e rápido (plug and play) Controles: Botões de liga/desliga e ajustes simples de volume• Indicadores de sinal e bateria em cada unidade <p>Construção e Design Material: Corpo em plástico ABS resistente e leve Design compacto e portátil Clip para prender no cinto ou roupa</p> <p>Conteúdo da Embalagem 2x Transmissores (TX) com microfone embutido 3x receptores (RX) com saída de áudio 3,5 mm 2x Microfones de lapela (lavaliers) 5x Cabos de áudio (3,5 mm para 3,5 mm, TRS ou TRRS conforme necessidade) 5x Cabos USB-C para carregamento Estojo de transporte Manuais de uso</p> | |
| 11 | 453584 | Telefone Fixo IP | <p>Funcionalidades</p> <ul style="list-style-type: none">• Compatível com o protocolo SIP v2 (RFC 3261) ou superior• Suporte a chamadas simultâneas (mínimo 2 linhas SIP registráveis)• Tela gráfica LCD com retroiluminação (mínimo 2,5 polegadas)• Interface do usuário em português do Brasil• Teclado com teclas de discagem DTMF• Função viva-voz full-duplex com cancelamento de eco acústico• Suporte aos seguintes recursos de chamada:<ul style="list-style-type: none">○ Identificação de chamadas (chamadas recebidas e perdidas)○ Transferência (assistida e cega) | 10 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 811 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|--|---|----|
| | | | <ul style="list-style-type: none">○ Espera e retomada de chamadas○ Conferência de no mínimo 3 participantes○ Discagem rápida○ Redirecionamento (forward) de chamadas• Agenda local para no mínimo 100 contatos• Histórico de chamadas efetuadas, recebidas e perdidas• Atualização de firmware via TFTP, HTTP ou HTTPS• Indicador visual de chamada e mensagens (LED)• 2.2 Conectividade• Mínimo de duas portas de rede Ethernet RJ-45 (10/100 Mbps ou superior)• Suporte a Power over Ethernet (PoE) padrão IEEE 802.3af• Entrada para headset com conector RJ-9 ou P2 (3,5 mm)• Compatível com VLAN (IEEE 802.1Q)• Suporte a QoS (DiffServ, 802.1p/Q)• 2.3 Segurança• Criptografia de sinalização e mídia (TLS/SRTP)• Autenticação IEEE 802.1X• Proteção de acesso por senha para interface web e ajustes de configuração <p>Itens Inclusos</p> <ul style="list-style-type: none">• Aparelho telefônico IP fixo• Suporte de mesa (e/ou kit para fixação em parede)• Fonte de alimentação externa compatível (obrigatória, mesmo com PoE)• Cabo de rede Ethernet (mínimo 1 metro)• Manual de operação em português | |
| 12 | 614047 | Caixas Ativas de Som 500W (com encaixe para pedestal) | Potência nominal: 500W RMS Tipo: Caixa ativa com alto-falante de 8" a 15" Conectividade: Entradas XLR, P10, USB e Bluetooth | 02 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 812 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|---|---|----|
| | | | Gabinete: Construção robusta em MDF ou plástico ABS resistente Recursos adicionais: Equalizador embutido, proteção contra sobrecarga, suporte para pedestal integrado Dimensões e peso: Compatíveis com uso portátil e fixação em pedestais. Alimentação: 110V Justificativa: Utilização em sala de palestra que não tem amplificador, por isso as caixas ativas | |
| 13 | 389514 | Pedestais para Caixa de Som | Capacidade da carga: Suporte para Caixas até 50 kg Altura ajustável: De aproximadamente 1,0m a 2,2 m Material: Estrutura em aço carbono ou alumínio com acabamento em pintura eletrostática Características: Pés antiderrapantes, sistema de trava seguro Justificativa: Utilização em sala de palestra para duas caixas | 02 |
| 14 | 388576 | Mesa de Som Bluetooth de 6 canais | Canais de entrada: Mínimo 6 canais, com entradas XLR, P10 e RCA Conectividade: Bluetooth integrado e entradas USB para reprodução e gravação Material: Construção em plástico e metal resistente Alimentação: 110V Justificativa: Utilização em sala de palestra para equalizar microfones e instrumentos, colocar músicas ambiente e complementar apresentações | 01 |
| 15 | 626201 | Microfones com fio | Tipo: Microfones dinâmicos para uso geral Conectores: Cabo separado com conectores XLR macho e P10 Material: metal resistente Construção: Corpo resistente com cabo blindado para minimizar interferências Justificativa: Utilização em sala de palestra de grandes dimensões | 02 |
| 16 | 624663 | Microfones sem fio com multicanais (frequências UHF) | Tecnologia: Frequência UHF com múltiplos canais selecionáveis Tipos: Microfone de mão Alcance: Mínimo 50 metros em ambiente aberto | 02 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 813 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--------|------------------------------------|---|----|
| | | | Recursos adicionais: Sistema de sincronização automática, display de frequência, proteção contra interferências Alimentação microfone de mão: Baterias ou pilhas com autonomia mínima de 6 horas Alimentação da base: 110V Justificativa: Utilização em sala de palestra de grandes dimensões | |
| 17 | 604424 | Pedestais para microfone | Tipo: Pedestal de chão Altura ajustável: De aproximadamente 0,8m a 1,8m Material: Estrutura em aço ou alumínio com acabamento resistente Características: Base estável, sistema de travamento seguro, compatibilidade com microfone com fio e sem fio Justificativa: Utilização em sala de palestra | 02 |
| 18 | 428666 | Cabos P10 | Tipo: Cabos de áudio com dois conectores P10 macho para conexão de instrumentos Comprimento: 5 metros Construção: Condutores de cobre com blindagem para redução de interferência e conectores metálicos Justificativa: Utilização em sala de palestra para utilização no auxílio de instrumentos | 05 |
| 19 | 366426 | Cabos XLR macho e XLR fêmea | Tipo: Cabo profissional para microfone com conector XLR macho e um conector XLR fêmea Comprimento: 5 metros Construção: Cabo de blindagem dupla, condutores de cobre, conectores metálicos com trava para segurança na conexão Justificativa: Extensão de microfones sem fio para utilização em sala de palestra de grandes dimensões. | 02 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 814 |
| Rubrica | |





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 815 |
| Rubrica | |





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 816 |
| Rubrica | |

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 43.633,26** (quarenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos), conforme preços unitários constantes na planilha de orçamento estimado, elaborada pelo setor de Compras da Prefeitura Municipal de Maricá.

A estimativa de preços foi construída a partir de pesquisa de mercado conduzida pelo setor de Compras, com base em cotações obtidas junto a fornecedores especializados, bem como na análise de contratos administrativos vigentes e Atas de Registro de Preços. Os valores obtidos refletem os preços praticados para o fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação de características similares, considerando as condições atuais do mercado e a realidade local.

A utilização da planilha elaborada pelo setor competente garante que a estimativa de custos esteja em consonância com os princípios da razoabilidade, economicidade e transparência, em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

| ESPECIFICAÇÃO | | CATMAT | QTD | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---------------|---|--------|-----|-------------------|----------------|--------------|
| Item 01 | Câmera DSLR intermediária (Sensor APSC) | 626426 | 1 | Unidade | R\$ 7.812,53 | R\$ 7.812,53 |
| Item 02 | Lente Zoom Padrão 24-105 mm para Sensores Full Frame e APSC | 626351 | 1 | Unidade | R\$ 7.895,09 | R\$ 7.895,09 |
| Item 03 | Lente Zoom Ultra Grande Angular para Câmeras com Sensor APS-C | 613207 | 1 | Unidade | R\$ 7.523,50 | R\$ 7.523,50 |
| Item 04 | Luz LED – 1000 Lúmens, CRI 95 + | 615964 | 3 | Unidade | R\$ 462,50 | R\$ 1.387,50 |
| Item 05 | Gimbal / Estabilizador | 607430 | 2 | Unidade | R\$ 1.158,96 | R\$ 2.317,92 |
| Item 06 | Flash TTL | 621662 | 1 | Unidade | R\$ 1.508,00 | R\$ 1.508,00 |
| Item 07 | Cartão de Memória 128 GB | 612004 | 2 | Unidade | R\$ 195,00 | R\$ 390,00 |
| Item 08 | Tripé 1,60 m | 612825 | 1 | Unidade | R\$ 399,00 | R\$ 399,00 |
| Item 09 | Mochila para fotografia | 625983 | 1 | Unidade | R\$ 309,99 | R\$ 309,99 |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 817 |
| Rubrica | |

| | | | | | | |
|---------|---|--------|----|---------|--------------|---------------|
| Item 10 | Microfone Lapela sem fio (2 Transmissores + 3 Receptores) | 624664 | 2 | Unidade | R\$ 959,39 | R\$ 1.918,78 |
| Item 11 | Telefone Fixo | 453584 | 10 | Unidade | R\$ 300,00 | R\$ 3.000,00 |
| Item 12 | Caixas Ativas de Som 500 W (com encaixe para pedestal) | 614047 | 2 | Unidade | R\$ 2.600,00 | R\$ 5.200,00 |
| Item 13 | Pedestais para Caixa de Som | 389514 | 2 | Unidade | R\$ 267,18 | R\$ 534,36 |
| Item 14 | Mesa de Som Bluetooth de 6 canais | 388576 | 1 | Unidade | R\$ 970,00 | R\$ 970,00 |
| Item 15 | Microfone com fio | 626201 | 2 | Unidade | R\$ 180,00 | R\$ 360,00 |
| Item 16 | Microfones sem fio com multicanais (frequências UHF) | 624663 | 2 | Unidade | R\$ 564,99 | R\$ 1.129,98 |
| Item 17 | Pedestais para microfone | 604424 | 2 | Unidade | R\$ 200,00 | R\$ 400,00 |
| Item 18 | Cabos P10 | 428666 | 5 | Unidade | R\$ 68,57 | R\$ 342,85 |
| Item 19 | Cabos XLR macho e XLR fêmea | 366426 | 2 | Unidade | R\$ 116,88 | R\$ 233,76 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 43.633,26 |

8. MEMÓRIA DE CÁLCULO

O principal objetivo da Memória de Cálculo é fornecer uma base sólida para a alocação eficiente de recursos financeiros na aquisição de equipamentos e materiais de comunicação para a Secretaria de Educação de Maricá. A quantidade e os tipos de equipamentos estabelecidos consideram as necessidades para a modernização e reposição desses materiais, que visa atender escolas, departamentos e unidades vinculadas à Secretaria de forma equitativa e estratégica, garantindo que todos tenham acesso aos recursos necessários para promover uma comunicação clara, acessível e eficiente. Isso é especialmente relevante em um contexto em que a tecnologia se tornou um instrumento essencial para o desenvolvimento da educação, da gestão escolar e do relacionamento com a sociedade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 818 |
| Rubrica | |

A quantidade e as especificações dos equipamentos e materiais de comunicação necessários constam na planilha de Memória de Cálculo, que foi anexada aos autos do processo. Este documento reflete um esforço para proporcionar uma alocação de recursos que seja tanto eficiente quanto adequada às necessidades da Secretaria de Educação de Maricá, visando o aprimoramento das práticas educacionais e o desenvolvimento integral dos alunos.

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FÍSICO-FINANCEIRO

A contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação tem por objetivo atender às necessidades da Secretaria de Educação de Maricá, uma vez que tais itens são indispensáveis para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais, em alinhamento com a política municipal de educação.

Considerando que se trata de uma aquisição com entrega única, não se aplica a elaboração de cronograma físico-financeiro parcelado. A entrega será realizada de forma integral, conforme estabelecido no edital, com o respectivo pagamento condicionado ao recebimento e à verificação dos itens fornecidos. As quantidades estimadas encontram-se detalhadas na memória de cálculo, enquanto os valores unitários e globais estão apresentados na planilha de orçamento estimado, documentos que integram os autos do processo administrativo.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto e que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

Para a escolha da solução de contratação para a aquisição de equipamentos e materiais de comunicação para atender a Secretaria de Educação, é necessário observar os seguintes requisitos:

10.1. Critérios de Sustentabilidade: É importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade, como o uso de embalagens e transporte de materiais de forma eficiente, garantindo a preservação do meio ambiente. Além disso, o fornecimento de equipamentos e materiais deve seguir diretrizes que minimizem impactos ambientais, como a escolha de materiais e processos de produção mais sustentáveis.

10.2. Observância às Leis e Regulamentações Específicas: É fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área de fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação, garantindo que os itens atendam às normas de segurança e qualidade previstas pela legislação vigente.

10.3. Padrões Mínimos de Qualidade: Os equipamentos e materiais fornecidos devem atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela Secretaria de Educação, garantindo a segurança, o desempenho adequado e a durabilidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 819 |
| Rubrica | |

10.4. Desempenho: Deve-se avaliar o desempenho dos fornecedores, incluindo a capacidade de entrega dos equipamentos e materiais dentro do prazo estabelecido e a qualidade dos itens fornecidos.

10.5. Preço: É importante considerar o preço dos equipamentos e materiais de comunicação oferecidos pelos fornecedores, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível. O critério de Menor Preço por item será adotado para assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A realização desta contratação observará os princípios da celeridade, da economicidade e da razoabilidade, justificando-se pela necessidade de aquisição de equipamentos e materiais de comunicação para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação.

A aquisição será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento **Menor Preço por item**, no modo de disputa aberta, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e os Decretos Municipais nº 078/2025 e nº 922/2022.

Com base nos requisitos apresentados, a equipe de contratação entende que a modalidade pregão eletrônico é uma forma eficiente e econômica para resolver a necessidade da aquisição dos equipamentos e materiais. O pregão eletrônico permite a realização de compras de forma ágil e competitiva, o que é essencial para o atendimento das necessidades educacionais.

A licitação será realizada por itens, não havendo necessidade de agrupamentos, permitindo, assim, a ampla concorrência entre os fornecedores.

O prazo de entrega dos equipamentos e materiais será de **15 (quinze) dias a partir da data de assinatura do contrato**, dentro do horário estabelecido, das **08h00 às 17h00**, de segunda a sexta-feira, ressalvados os feriados municipais, estaduais e nacionais. **A entrega se dará em forma única**, conforme as orientações da Secretaria de Educação, no endereço Rua Nossa Senhora do Amparo, 196 – Centro, Maricá (Sede da Secretaria de Educação), ao lado do Centro Educacional de Maricá Joana Benedicta Rangel.

10.6. Garantia do equipamento: O prazo de garantia será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Para os materiais de consumo, caso se aplique, o prazo de garantia será de no mínimo **90 dias** a contar do recebimento definitivo dos mesmos. Para os bens permanentes, caso se aplique, o prazo de garantia será de no mínimo **12 meses** a contar do recebimento definitivo.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos equipamentos e materiais que serão entregues. Além disso, a contratada deverá fornecer diretamente os equipamentos e materiais, não podendo transferir a responsabilidade para outra empresa ou instituição.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 820 |
| Rubrica | |

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Os equipamentos e materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que atendam aos padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos entregues anteriormente. Caso o prazo de garantia expire sem que o atendimento da solicitação do Contratante tenha ocorrido ou sem justificativa por parte da contratada, o Contratante poderá contratar outra empresa para fornecer os itens e exigir o reembolso pelos custos, sem que isso acarrete a perda da garantia dos itens.

Os equipamentos e materiais de comunicação objeto da presente contratação são materiais comuns de uso cotidiano nas atividades da equipe de comunicação da Secretaria.

10.7. Garantia Contratual: Para o presente objeto, considerando tratar-se de **fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação de valor moderado e com entrega única, não será exigida garantia contratual**, por não se identificar risco relevante à execução contratual que justifique tal medida.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

O regime de execução será indireto, por preço unitário, considerando que o preço será fixado com base em unidade de medida previamente determinada, sendo os pagamentos realizados de forma proporcional aos itens efetivamente entregues.

O modo de disputa será aberto, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, em sentido decrescente (menor preço).

Em caso de empate entre propostas, será aplicado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a priorização das microempresas, empresas de pequeno porte e demais critérios de desempate previstos em lei.

Será garantida a **exclusividade de participação de ME e EPP nos itens cujo valor estimado individual for igual ou inferior a R\$ 80.000,00**, salvo comprovada **inviabilidade de competição**, nos termos do art. 48, § 1º da LC nº 123/2006.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 821 |
| Rubrica | |

a. Habilitação jurídica

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 822 |
| Rubrica | |

- negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação econômico-financeira

- a) Deverá ser apresentado o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.
- b) Demonstração contábil da situação financeira da proponente, calculada a partir do balanço apresentado e da aplicação da seguinte fórmula:

1) Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \left(\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \right) = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 823 |
| Rubrica | |

caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

- c) A demonstração acima deverá ser apresentada, pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta Licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento do certame; cujo descumprimento não inabilitará a licitante;
- d) Certidão negativa de Recuperação Judicial ou falência expedida pelo distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de Recuperação Judicial, concordatas e falências.
- e) No caso da certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.
- f) A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas;
- g) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação;
- h) Se após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis exigidos tiver havido alterações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último Balanço Patrimonial, esta será considerada, desde que já homologada pela Junta Comercial, acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;
- i) Empresas recentemente constituídas deverão apresentar seu balanço patrimonial de abertura e último balancete;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 824 |
| Rubrica | |

- j) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- k) As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro.
- l) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d. Qualificação-técnica

- a) Comprovação da qualificação técnica por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado que comprove ter a licitante fornecido, no quantitativo mínimo de 30 % (trinta por cento) insumos com características, quantidades, qualidade e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, com clara menção de fornecimento bem-sucedido;
- b) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- c) Deverá ser observado que os atestados deverão ater-se ao fornecimento de bens com características similares aos requeridos neste Termo de Referência, devendo estar prevista a comercialização dos itens na atividade principal da empresa, devidamente especificada no contrato social vigente.

e. Justificativa para os requisitos de qualificação técnica:

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação de qualificação técnica visa assegurar que o contratado detenha aptidão adequada e suficiente para o fiel cumprimento do objeto da licitação, sendo adotados critérios técnicos mínimos que garantam a qualidade e a conformidade do fornecimento.

A exigência de atestados de capacidade técnica expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprova a experiência anterior da licitante no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 825 |
| Rubrica | |

fornecimento de bens com características similares, em quantidade mínima de 30% (trinta por cento) do objeto, o que confere segurança à Administração quanto à idoneidade técnica da futura contratada. Essa exigência é proporcional ao objeto e se justifica pela necessidade de assegurar a qualidade, o cumprimento de prazos e o respeito às especificações técnicas dos materiais.

Adicionalmente, permite-se a soma de atestados, desde que tecnicamente pertinentes, ampliando a competitividade do certame sem comprometer a qualificação necessária.

Por fim, exige-se que a atividade de comercialização dos itens esteja prevista como objeto social da empresa, o que garante que o fornecimento integra sua atuação regular no mercado, promovendo segurança jurídica e evitando contratações com empresas sem experiência real no ramo.

Tais exigências são proporcionais, justificadas e compatíveis com a natureza do objeto licitado, estando em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, e economicidade, bem como a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A implementação da aquisição de equipamentos e materiais de comunicação para a Secretaria de Educação de Maricá/RJ disponha dos equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades e demandas atuais, proporcionando suporte tecnológico de qualidade. Estes equipamentos e materiais são essenciais para o bom funcionamento das atividades desenvolvidas pela equipe de comunicação, contribuindo para melhores condições de promover uma transparência clara, acessível e eficiente à população. A seguir, estão destacados os principais pontos para a execução da aquisição:

12.1. Planejamento da contratação:

Estabelecimento dos requisitos para a aquisição dos equipamentos e materiais de comunicação, incluindo as especificações sobre os tipos, quantidades e características de cada item. Estimativa da quantidade desses equipamentos e materiais: Levantamento da quantidade necessários para atender a Secretaria de Educação. Levantamento de recursos necessários: Identificação dos recursos financeiros necessários, bem como a definição do orçamento disponível para a aquisição.

12.2. Elaboração do edital:

Elaboração de um edital que descreva claramente as especificações dos equipamentos e materiais a serem adquiridos, as condições de entrega, e os requisitos de qualidade e durabilidade. Critérios de seleção do fornecedor: Definição dos critérios para a seleção dos fornecedores, incluindo a qualificação técnica, experiência no fornecimento de equipamentos e materiais de comunicação, capacidade operacional e outros fatores relevantes, como preço,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 826 |
| Rubrica | |

qualidade e prazo de entrega.

12.3. Seleção do fornecedor:

Condução do processo de licitação onde os fornecedores interessados apresentarão suas propostas. A seleção será feita com base nos critérios estabelecidos no edital, visando garantir a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.

12.4. Formalização do contrato:

Formalização do contrato com o fornecedor vencedor da licitação. O contrato deve conter todas as informações necessárias para garantir a execução adequada da entrega dos equipamentos e materiais de comunicação, incluindo a descrição das responsabilidades de cada parte envolvida, as obrigações do contratado e do contratante, e os termos de entrega e garantia.

12.5. Execução do contrato:

Acompanhamento contínuo do cumprimento dos prazos de entrega, conforme estabelecido no contrato, para garantir que os equipamentos e materiais sejam fornecidos dentro do cronograma estabelecido. Verificação da qualidade entregue, garantindo que atendam às especificações técnicas descritas no contrato e estejam em perfeito estado de funcionamento.

12.6. Monitoramento e controle:

Realização de avaliações periódicas da performance do fornecedor para garantir que os itens entregues atendam aos padrões de qualidade e desempenho esperados. Identificação e resolução de quaisquer problemas que possam surgir durante a execução do contrato, como atraso na entrega, defeitos nos itens ou não conformidades com as especificações.

12.7. Encerramento do contrato:

Revisão final das entregas realizadas para assegurar que todas as metas e resultados estabelecidos no contrato foram cumpridos, incluindo a verificação da quantidade e da qualidade dos equipamentos e materiais fornecidos.

Realização do pagamento final e formalização do encerramento do contrato conforme previsto na Lei nº 14.133/21. A operacionalização desta aquisição envolve a seleção de fornecedores baseados em critérios de qualidade, preço e capacidade de atendimento, garantindo que os equipamentos e materiais de comunicação atendam às necessidades da Secretaria de Educação de Maricá, proporcionando a segurança e a qualidade necessárias para o desenvolvimento das atividades.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, devendo-se observar o seguinte:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 827 |
| Rubrica | |

- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.1. Acompanhamento e fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, representantes da Secretaria Municipal de Educação de Maricá, ou pelos respectivos substitutos, conforme preconizados pelo art. 117, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, a seguir indicados:

- **Gestor do contrato:** Sonia Maria de Andrade Freire - Matrícula: 1649 – CPF: 920. ***** -72;
- **Suplente do gestor do contrato:** Bianca Piquet da Cunha – Matrícula: 3001140 – CPF: 106. ***** -20;
- **Fiscal técnico:** Uemerson Pereira de Mendonça - Matrícula: 114630- CPF: 179. ***** -25;
- **Fiscal administrativo:** Mariângela de Freitas Costa - Matrícula: 6203, CPF: 097. ***** -43;
- **Suplente dos fiscais:** Carolina Soares de Castilhos – Matrícula: 3000939 - CPF: 112 ***** -12

A fiscalização do contrato será realizada por comissão ou responsável pela gestão e pela fiscalização, nomeado pela Secretaria Municipal de Educação, que supervisionará a entrega dos equipamentos e materiais de comunicação, assegurando que a entrega seja feita conforme as especificações e prazos acordados no edital de licitação, mediante ato publicado em conjunto com o extrato do respectivo ajuste no órgão de divulgação dos Atos Oficiais da Prefeitura de Maricá – JOM (jornal oficial de Maricá), conforme o Decreto Municipal 78/2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 828 |
| Rubrica | |

A comunicação entre as partes é essencial para resolver eventuais problemas e esclarecer dúvidas durante a vigência do contrato. Todas as alterações, solicitações ou notificações devem ser formalizadas por escrito para garantir o devido registro.

Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada, bem como pela atestação para fins de liquidação e pagamento. Qualquer decisão ou providência que exceda a competência do Fiscal do Contrato será encaminhada à autoridade competente da CONTRATANTE, que tomará as medidas necessárias, conforme o § 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A entrega dos equipamentos e materiais de comunicação será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designada pela Secretaria Requisitante, em cumprimento ao disposto da Lei nº 14.133/21.

Caberá aos fiscais de contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e a devida atestação da entrega dos itens, para fins de liquidação e pagamento.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato e termos do edital da licitação deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita entrega do objeto especificado neste instrumento, sendo reprovados em desacordo com as condições pactuadas. Estando a entrega em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização do Contrato e enviados ao setor financeiro da contratante para pagamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 829 |
| Rubrica | |

Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Educação.

Em caso de não-conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas e providências cabíveis.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, nos termos do artigo 137 da lei 14.133/2021.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

É vedado à Administração e seu representante o exercício de poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/21.

O contrato será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

A Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

13.2. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação para o objeto desta contratação. Visando garantir a máxima qualidade e a conformidade da entrega dos equipamentos e materiais de comunicação, todos os itens relacionados ao contrato deverão ser fornecidos diretamente pelo fornecedor contratado, sem a possibilidade de transferência de responsabilidade para terceiros.

Essa medida visa assegurar que todos os requisitos e padrões estabelecidos sejam integralmente cumpridos e que os equipamentos e materiais entregues atendam à qualidade e eficiência esperadas. O fornecedor contratado deverá dispor de toda a estrutura necessária, incluindo recursos adequados e capacidade logística, para a execução da entrega, sem recorrer a intermediários ou subcontratação de qualquer parte do fornecimento.

13.3. Consórcio de empresas e Cooperativas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 830 |
| Rubrica | |

Fica autorizado a participação de consórcio de empresas na licitação, devendo ser indicada uma empresa líder que será responsável, perante a Prefeitura de Maricá, pelos atos praticados pelo Consórcio.

Uma vez que a empresa participe da licitação através de um consórcio, a mesma não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou através de outro consórcio.

As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

A participação de cooperativas é autorizada, desde que seu objeto social tenha compatibilidade com objeto da licitação, bem como observados os termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

14.1. Da entrega dos bens:

Os bens serão entregues no endereço Rua Nossa Senhora do Amparo, 196 – Centro, Maricá (ao lado do Centro Educacional de Maricá Joana Benedicta Rangel), dentro do horário estabelecido, das **08h00 às 17h00**, de segunda a sexta-feira, ressalvados os feriados municipais, estaduais e nacionais. **Não serão aceitos materiais recondicionados, manufaturados ou de segunda mão.**

No momento da entrega a contratada deverá apresentar a respectiva NOTA FISCAL. A comprovação se dará pela entrega de relatórios fotográficos, de presença ou qualquer outro documento idôneo requerido pela Comissão de Fiscalização.

14.2. Recebimento provisório e definitivo do objeto

Os bens serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega do produto a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos bens em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 831 |
| Rubrica | |

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos itens, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Após aceite do recebimento definitivo, a contratada deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 832 |
| Rubrica | |

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.3. Liquidação da Despesa:

Após o recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para a liquidação da despesa, sendo este prorrogável por igual período. Durante este processo, verificar-se-á a conformidade dos elementos essenciais do documento de cobrança, incluindo prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a ser pago e destaque de retenções tributárias aplicáveis.

Em caso de inconsistências ou erros na nota fiscal ou documento de cobrança, o processo de liquidação será pausado até que o contratado corrija as pendências, reiniciando o prazo para liquidação após a regularização. A nota fiscal ou documento equivalente deve ser acompanhado de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido no edital de licitação.

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, verificada a) manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize as situações de irregularidades constatadas.

14.4. Pagamento:

O pagamento aos contratados será realizado dentro de um prazo máximo de 30 dias contados a partir da conclusão do processo de liquidação da despesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 833 |
| Rubrica | |

Caso haja atraso por parte da contratante no pagamento, os valores devidos serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA desde o término do prazo de pagamento até a data efetiva do pagamento.

A nota fiscal/fatura/documento idôneo relativa à cobrança deverá ser emitida em favor da Prefeitura Municipal de Maricá, CNPJ n. 29.131.075/0001-93, com sede na Rua Álvares de Castro, n. 346 - Centro, Maricá-RJ, sendo acompanhada por comprovante de recolhimento dos impostos, taxas e encargos pertinentes. Qualquer erro no documento de cobrança resultará na sua devolução à contratada, com o prazo de pagamento sendo recalculado a partir da apresentação corrigida do documento.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

14.5. Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia dos equipamentos será aquele constante no manual do fabricante, observado o prazo mínimo previsto no artigo 26 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Em razão da natureza específica dos itens a serem adquiridos, **não será exigida manutenção ou assistência técnica contratual adicional**, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.6. Prazo para substituição de material eivado de vício:

Caso seja verificado vício, defeito ou incorreção no objeto fornecido, a contratada deverá, às suas expensas, substituir, reparar ou corrigir o material no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da comunicação formal da contratante. A substituição ou correção deverá ocorrer sem custos adicionais para a Administração, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Cumprir todas as exigências mínimas deste Termo de Referência;
- 15.2. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura;
- 15.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos constantes do contrato, nos termos da legislação vigente;
- 15.4. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto desta contratação;
- 15.5. Solucionar quaisquer tipos de problemas relacionados à entrega dos produtos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 834 |
| Rubrica | |

15.6. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos itens, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos no local de entrega, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere ao empilhamento às recomendações de acondicionamento do produto;

15.7. Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas a seu conhecimento pela CONTRATANTE;

15.8. Comprometer-se a trocar o produto em caso de defeito de fabricação, mediante a apresentação do produto defeituoso;

15.9. Entregar o produto com informação na Nota Fiscal de lote e validade;

15.10. Garantir o comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante;

15.11. Responsabilizar-se por todas as despesas em sua totalidade, e ainda aos tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado;

15.12. Comunicar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas qualquer transtorno, atraso ou impossibilidade da entrega dos produtos à Contratante;

15.13. Deverá trocar/substituir, reparar/corrigir, às suas expensas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções sem nenhum custo adicional para a Contratante;

15.14. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Maricá ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos produtos, incluindo atrasos, interrupção, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Maricá;

15.15. Designar representante com capacidade e poderes bastantes para representar a Adjudicatária perante a fiscalização da Prefeitura Municipal de Maricá e resolver os problemas referentes à entrega dos produtos;

15.16. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;

15.17. Ser responsável integralmente pelo objeto contratado nos termos da legislação vigente;

15.18. Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

15.19. Responder civil e criminalmente, pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste contrato, venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou a terceiros, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a Prefeitura pelo ressarcimento ou indenização devidos;

15.20. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura, não diminui ou exclui essa responsabilidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 835 |
| Rubrica | |

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.1. Fiscalizar a execução da presente contratação, através de servidores designados, para os fins do disposto no artigo 117 da Lei 14.133/21, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos produtos;

16.2. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, visando dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

16.3. Acompanhar e fiscalizar permanentemente a entrega dos produtos, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar a sua regularidade e o fiel cumprimento;

16.4. Prestar informações necessárias, com clareza, à Contratada para a entrega dos produtos, objeto do presente termo;

16.5. Realizar os pagamentos;

16.6. Notificar por escrito a CONTRATADA de quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providência para a sua regularização;

16.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução da contratação;

16.8. Aplicar as penalidades no descumprimento das condições contratuais.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| Quadro de Dotação Orçamentária | | |
|--------------------------------|----------------------|--------------------|
| Programa de trabalho: | Elemento de despesa: | Fonte de recursos: |
| 17.01.12.122.0008.2124 | 449052 339030 | 2500 |

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO, REPACTUAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. Contrato de fornecimento:

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por igual período, conforme artigo 111 da Lei 14.133/2021, conforme necessidades administrativas e educacionais e disponibilidade orçamentária, desde que atendidas as condições legais e mantidas as condições vantajosas para a Administração.

Serão admitidas alterações contratuais conforme artigos 124 a 130 da Lei 14.133/2021;

O critério de reajuste contratual a ser adotado é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com data base vinculada à data do Orçamento Estimado, conforme art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 836 |
| Rubrica | |

O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias úteis e contados a partir da confirmação do recebimento da ordem de compra, emitida pelo sistema e-cidade;

Os equipamentos e materiais de comunicação deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem marcas ou amassados;

Os produtos devem ser novos, entregues em embalagem lacrada e ter garantia contra defeitos de fabricação.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem **19.2**, “d”;

19.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

19.3.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

19.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 837 |
| Rubrica | |

19.3.4. A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 19.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

| IMPACTO | Alto | 6 (4%) | 8 (8%) | 9 (10%) |
|---------------|-------|-------------|-----------|------------|
| | Médio | 3 (1,5%) | 5 (3%) | 7 (6%) |
| | Baixo | 1 (0,5%) | 2 (1%) | 4 (2%) |
| | | BAIXO | MÉDIO | ALTO |
| PROBABILIDADE | | | | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | NÍVEL | MIN. | MÁX. |
|------|--|-------|------|------|
| 1 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação. | 9 | 10% | 20% |
| 2 | Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |
| 3 | Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |
| 4 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato. | 9 | 10% | 20% |
| 5 | Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes. | 8 | 8% | 20% |
| 6 | Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados. | 8 | 8% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 838 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|----|-----|
| 7 | Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização. | 8 | 8% | 20% |
| 8 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros. | 8 | 8% | 20% |
| 9 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 8 | 8% | 20% |
| 10 | Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 7 | 6% | 20% |
| 11 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações. | 6 | 4% | 20% |
| 12 | Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos. | 6 | 4% | 20% |
| 13 | Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 | 4% | 20% |
| 14 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE | 6 | 4% | 20% |
| 15 | Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 5 | 3% | 20% |
| 16 | Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta. | 4 | 2% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 839 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|------|-----|
| 17 | Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 3 | 1,5% | 20% |
| 18 | Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 3 | 1,5% | 20% |
| 19 | Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação | 3 | 1,5% | 20% |

19.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.4. Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

19.4.1. Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;

19.4.2. Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;

19.4.3. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- h) Reincidência nas infrações;
- i) Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- j) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- k) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- l) Causando danos à propriedade alheia;
- m) Mediante fraude ou abuso de confiança;
- n) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

19.5. A sanção prevista na alínea "d" do item **19.2** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 840 |
| Rubrica | |

19.6. A sanção prevista na alínea “e” do item **19.2** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.7. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

19.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item **19.2** poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

19.9. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item **19.2** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

19.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

19.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

19.12. A aplicação das sanções previstas no item **19.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.14. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do item **19.2**, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 841 |
| Rubrica | |

20. DA VISITA TÉCNICA/VISTORIA TÉCNICA

Dispensada, considerando a natureza da contratação.

21. TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE

Não se aplica a esta contratação.

22. RESOLUÇÃO DE DISCREPÂNCIAS:

Em caso de discrepâncias ou falhas na entrega dos itens, o gestor do contrato deverá notificar imediatamente a contratada para correção. Falhas persistentes ou graves podem levar a penalidades contratuais, incluindo multas ou rescisão do contrato.

23. FORO

Ficará eleito o **FORO DA COMARCA DE MARICÁ** para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital de Convocação e do contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Elaborado,

Maricá, 10 de outubro de 2025.

Lucas Siqueira Cole Nascimento

Subsecretário de Administração e Finanças

Mat. 106412

Ratifico e Autorizo o prosseguimento,

Rodrigo de Moura Santos

Secretário Municipal de Educação

Mat. 6364



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 842 |
| Rubrica | |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| MEMÓRIA DE CÁLCULO | | | |
|--------------------|--|--------|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | EQUIPE |
| 1 | Câmera DSLR de alta performance | 1 | Comunicação |
| 2 | Lente zoom de 24-105 mm, com abertura ampla | 1 | Comunicação |
| 3 | Lente grande angular de 10-18 mm, com boa estabilização e qualidade de imagem | 1 | Comunicação |
| 4 | Varinha de luz portátil para fotografia com LED, alta qualidade de cor e luminosidade | 3 | Comunicação |
| 5 | Estabilizador portátil para smartphone com boas capacidades de estabilização | 2 | Comunicação |
| 6 | Flash externo para câmeras com tecnologia de disparo rápido | 1 | Comunicação |
| 7 | Cartão de memória de alta capacidade e velocidade para armazenamento de fotos e vídeos | 2 | Comunicação |
| 8 | Tripé portátil de altura ajustável | 1 | Comunicação |
| 9 | Mochila para equipamentos fotográficos (opcional) | 1 | Comunicação |
| 10 | Microfone lapela sem fio com sistema de transmissão e recepção | 2 | Comunicação |
| 11 | Telefones IP | 10 | Núcleo de Planejamento de Rede e Tecnologia |
| 12 | Caixas de som ativas de 500W com encaixe para pedestal | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 13 | Pedestais para caixas de som | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 14 | Mesa de som bluetooth com múltiplos canais de entrada | 1 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 15 | Microfones sem fio com múltiplos canais e frequência UHF | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 16 | Microfones com fio | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 17 | Pedestais para microfone sem fio | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 18 | Cabos de áudio P10 | 5 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |
| 19 | Cabos de microfone XLR fêmea de 5 metros | 2 | Subsecretaria de Assuntos Institucionais |



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 843 |
| Rubrica | |

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, ____ de ____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

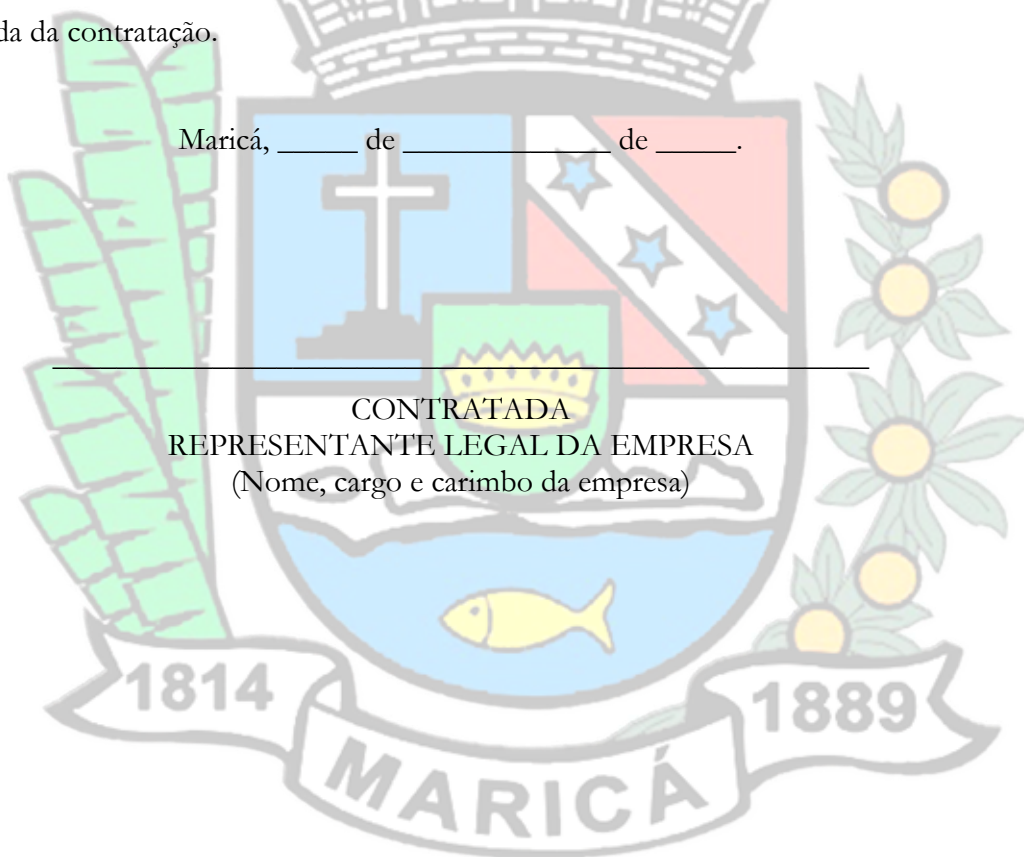
| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 844 |
| Rubrica | |

ANEXO V DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 845 |
| Rubrica | |

ANEXO VI
DECLARAÇÃO - ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 846 |
| Rubrica | |

ANEXO VII
DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

_____[*órgão ou entidade licitante*] Ref. Licitação n°
_____/_____[*denominação/razão social da sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n°
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade n°
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n°
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal n° 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 847 |
| Rubrica | |

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO - ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 848 |
| Rubrica | |

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,
IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

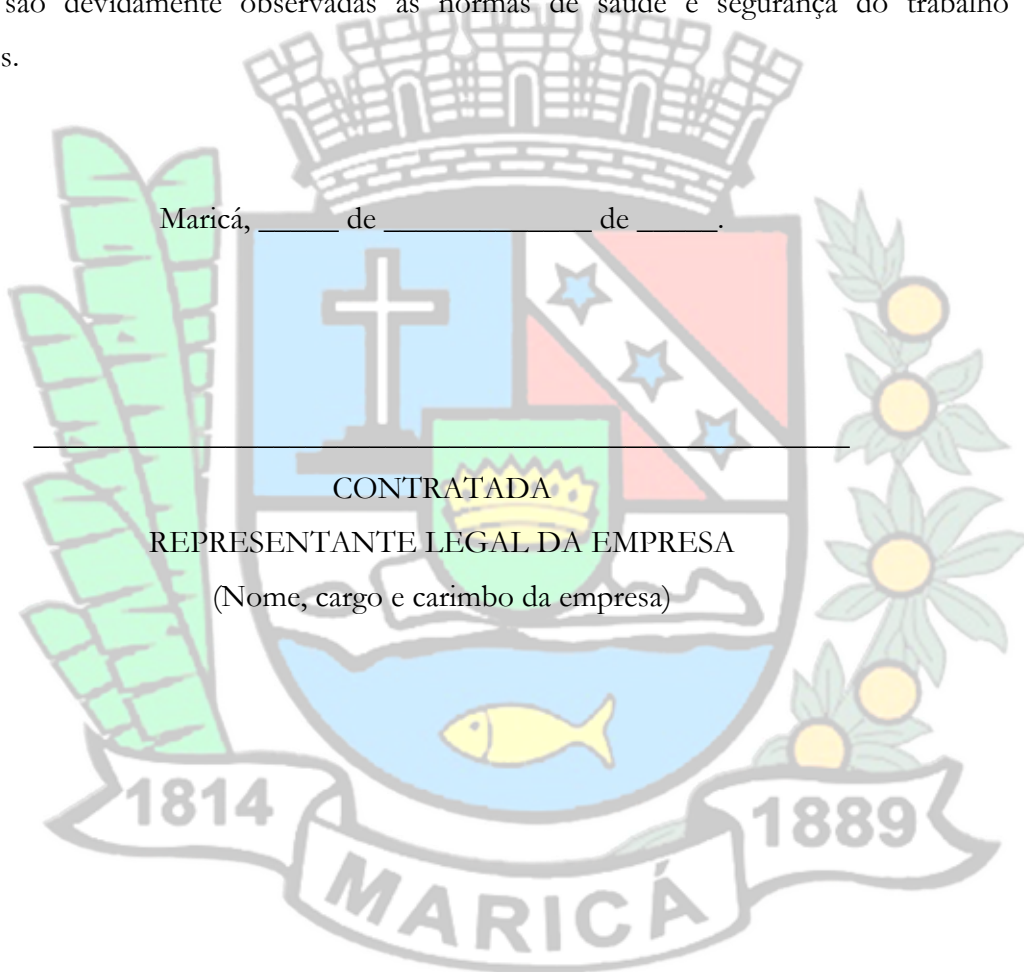
| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 849 |
| Rubrica | |

ANEXO X
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)
_____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente
contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho
pertinentes.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 850 |
| Rubrica | |

ANEXO XI MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 851 |
| Rubrica | |

ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da empresa)

[*denominação/razão social da sociedade empresarial*], Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____, com sede à [*endereço da sociedade empresarial*], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) [*nome completo*], portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Art. 3º, I, da Lei Complementar nº123/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- () MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do Art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021;
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda, que:

1. a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;
2. não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o Art.3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação. Para as contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites anteriormente previstos, o que deverá ser obrigatoriamente observado.

Maricá, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 852 |
| Rubrica | |

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para aquisição de bens de _____.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 853 |
| Rubrica | |

pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a aquisição de _____
_____[descrever o objeto licitado], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO |
|-------------|-----------|------------|----------------|
| | | | R\$ |
| PREÇO TOTAL | | | R\$ |

Parágrafo Único – O objeto do contrato será entregue/instalado em _____[descrever condições e prazos de entrega e instalação, se for o caso], com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais, e especiais contidos no processo administrativo nº ____/_____, no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplimento da parcela correspondente.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o(a) _____ [órgão ou entidade licitante] esteja



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 854 |
| Rubrica | |

obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice _____, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.



| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 855 |
| Rubrica | |

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE FORNECIMENTO

A forma de fornecimento dos bens objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da entrega dos bens caberá a comissão designada por ato do _____ [titular do órgão]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 856 |
| Rubrica | |

CLÁUSULA NONA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados da data de assinatura (ou da data estabelecida no memorando de início, se houver).

Parágrafo Único – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Terceiro – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de _____ (_____) dias/meses a contar do _____ [recebimento/instalação/aceite], na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I** – fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no **Termo de Referência**;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste Contrato;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V** – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária ao completo fornecimento de bens;
 - a)** em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Maricá ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 857 |
| Rubrica | |

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Maricá ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Maricá ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

VIII – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

IX – cumprir ao longo de toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

X – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

XI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 858 |
| Rubrica | |

XIV – fornecer amostra ou prova de conceito quando exigido pela Administração, no período de vigência deste Contrato, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação;

XV – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato e nos anexos editalícios;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os bens cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 859 |
| Rubrica | |

substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no Parágrafo Primeiro, “d”;

Parágrafo Primeiro - Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 860 |
| Rubrica | |

- 1) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 4) A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do Parágrafo Primeiro será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

| IMPACTO | Alto | 6 (4%) | 8 (8%) | 9 (10%) |
|---------------|-------|-------------|-----------|------------|
| | Médio | 3 (1,5%) | 5 (3%) | 7 (6%) |
| | Baixo | 1 (0,5%) | 2 (1%) | 4 (2%) |
| | | BAIXO | MÉDIO | ALTO |
| PROBABILIDADE | | | | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | NÍVEL | MIN. | MÁX. |
|------|--|-------|------|------|
| 1 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação. | 9 | 10% | 20% |
| 2 | Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 861 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|-----|-----|
| 3 | Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência. | 9 | 10% | 20% |
| 4 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato. | 9 | 10% | 20% |
| 5 | Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes. | 8 | 8% | 20% |
| 6 | Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados. | 8 | 8% | 20% |
| 7 | Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização. | 8 | 8% | 20% |
| 8 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros. | 8 | 8% | 20% |
| 9 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 8 | 8% | 20% |
| 10 | Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 7 | 6% | 20% |
| 11 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações. | 6 | 4% | 20% |
| 12 | Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos. | 6 | 4% | 20% |
| 13 | Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 | 4% | 20% |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 862 |
| Rubrica | |

| | | | | |
|----|--|---|------|-----|
| 14 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE | 6 | 4% | 20% |
| 15 | Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 5 | 3% | 20% |
| 16 | Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta. | 4 | 2% | 20% |
| 17 | Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a, resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 3 | 1,5% | 20% |
| 18 | Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 3 | 1,5% | 20% |
| 19 | Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação | 3 | 1,5% | 20% |

5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro - Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

- 1) Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;
- 2) Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 863 |
| Rubrica | |

inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;

3) São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- a) Reincidência nas infrações;
- b) Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- c) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração;
- d) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- e) Causando danos à propriedade alheia;
- f) Mediante fraude ou abuso de confiança;
- g) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

Parágrafo Quarto - A sanção prevista na alínea "d" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo Quinto - A sanção prevista na alínea "e" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 864 |
| Rubrica | |

Parágrafo Oitavo - As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do Parágrafo Primeiro não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Décimo - Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação das sanções previstas no Parágrafo Primeiro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Segundo - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do Parágrafo Primeiro, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 865 |
| Rubrica | |

prazo de 3 (três) dias úteis) contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 866 |
| Rubrica | |

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa_____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 8092/2025 |
| Data do Início | 08/04/2025 |
| Folha | 867 |
| Rubrica | |

se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____(_____)
vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Secretário ou Diretor de _____
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)